



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

19/06/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DECISÕES.....	1 - 2
1.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	3
1.3. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	4
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. CONVÊNIOS.....	5 - 6
2.2. SEM ASSUNTO.....	7
3. JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS	
3.1. CONVÊNIOS.....	8 - 9
3.2. JUÍZES.....	10
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	11
4.2. CASO DÉCIO SÁ.....	12 - 13
4.3. CONVÊNIOS.....	14
4.4. DECISÕES.....	15
4.5. DESEMBARGADORES.....	16
4.6. EXECUÇÕES PENAIS.....	17
4.7. SEM ASSUNTO.....	18
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. DECISÕES.....	19 - 21
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. DECISÕES.....	22 - 23
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. AÇÕES TJMA.....	24
7.2. DECISÕES.....	25 - 26
7.3. DESEMBARGADORES.....	27 - 29
7.4. EXECUÇÕES PENAIS.....	30
7.5. PUBLICIDADE LEGAL.....	31 - 32
7.6. VARA CÍVEL.....	33

MUNICÍPIO É CONDENADO A DEVOLVER RECURSOS AO ESTADO



O município de Bernardo do Mearim terá que devolver ao Estado mais de R\$ 49 mil – corrigidos monetariamente e acrescidos de juros de mora e verba honorária de 10% do valor da causa – por deixar de prestar contas de verbas repassadas para construção de quadra poliesportiva.

A decisão foi tomada pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), confirmando sentença da Justiça de 1º Grau, que entendeu comprovado nos autos o repasse de verbas pelo Estado ao Município, considerando, por este motivo, desnecessária a produção de provas em audiência.

Ao recorrer da decisão, o Executivo Municipal argumentou que a sentença de primeira instância deveria ser anulada, diante da ausência de oportunidade de produção de provas em audiência.

SERVIÇO DE SAÚDE NÃO ESTÁ CONDICIONADO À QUITAÇÃO SINDICAL



A concessão de registros, licenças ou alvarás pelo município de São Luís para funcionamento ou renovação de atividades ligadas à área de saúde não está vinculada à comprovação de quitação sindical. O entendimento é do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), ao julgar ação em que o Sindicato dos Prestadores de Serviço de Saúde (SINDHOSP) exige que tal cobrança seja feita pela Prefeitura.

Para o relator do processo, desembargador Jamil Gedeon, os sindicatos devem cobrar judicialmente as mensalidades atrasadas. "Não há como vincular o pagamento de contribuições ou anuidades sindicais, previstas no artigo 608 da CLT e na própria Constituição, para o exercício de qualquer profissão", afirmou.

A decisão atinge hospitais, clínicas, casas de saúde, consultórios, casas de repouso, laboratórios e demais estabelecimentos que prestam assistência à saúde em geral.

AUDIÊNCIA SOBRE LEI DE EXECUÇÃO PENAL TRAZ MINISTROS A SÃO LUÍS

A Comissão Especial de Juristas criada pelo Senado Federal para reformular a Lei de Execução Penal, em parceria com Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário (UMF) do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), promove audiência pública às 14h de sexta-feira (21), para discutir propostas de melhorias na Lei de Execução Penal (LEP), ou Lei nº 7.210/1984. O evento, que acontece no auditório do Tribunal (Praça Pedro II), trará a São Luís os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Sidnei Benetti e Marco Aurélio Bellizze.

Sidnei Benetti coordena a Comissão Especial de Juristas, composta por 15 integrantes, entre esses o advogado criminalista maranhense, Charles Dias. A audiência reunirá autoridades das áreas da Justiça e segurança pública, Poderes Executivo e Legislativo estadual, juízes da execução penal, OAB e população maranhense.

Além dos ministros, a audiência contará com a presença do presidente da UMF, desembargador Froz Sobrinho, e terá como expositores o promotor Marcellus Ugiatti (MP-PE) e o advogado paraibano Carlos Pessoa de Aquino – membros da comissão.

DISTRIBUIÇÃO E CONTADORIA DO FÓRUM DE SÃO LUÍS FUNCIONAM EM NOVAS INSTALAÇÕES

A Distribuição e a Contadoria Judicial do Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís, começaram a funcionar nesta segunda-feira (17) em novas instalações. Elas, agora, são mais amplas e com maior conforto e comodidade aos usuários, além de terem melhores condições de trabalho para os servidores. Os setores localizam-se no térreo, próximo aos caixas eletrônicos e ao posto de atendimento do Banco do Brasil.

Ocupando uma área de 221m², a Distribuição conta com setor de pré-distribuição, ambiente para emissão de certidões, salas de espera e de atendimento ao público e a parte administrativa. A Contadoria Judicial foi instalada em uma área de 105m², com espaços específicos para emissão de boletos, análise processual, arquivo para recebimento e entrega de processos, além de estrutura administrativa.

Judiciário será parceiro na instalação da Casa da Mulher em São Luís

Judiciário será parceiro na instalação da Casa da Mulher em São Luís

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) será um dos parceiros dos governos Federal e Estadual na construção da Casa da Mulher Brasileira em São Luís, que atenderá a mulheres em situação de violência com a oferta de serviços. A ação é parte do programa Mulher: viver sem violência.

Protocolo de intenção nesse sentido foi assinado pelo presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, e a secretária de Estado da Mulher, Catharina Bacelar. O Maranhão será um dos primeiros no país a instalar a Casa da

Mulher, que funcionará no bairro do Jaracati.

Segundo o presidente Guerreiro Júnior, o Judiciário vai contribuir na elaboração do projeto de ambientação do espaço que abrigará a Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Promotoria e Delegacia da Mulher, perícia médica, entre outros.

Para o juiz da Vara da Mulher da capital, Nelson Rêgo, a iniciativa representa grande avanço para a cidadania, ao possibilitar a vítima de violência espaço único de atendimento, evitando a revitimização por meio da repetição de depoimentos.

Delegacia de Conflitos Agrários realiza ações em vários municípios do MA



Atividade da Delegacia Especializada no interior do Maranhão

A Delegacia Especializada em Conflitos Agrários (DECA) realizou uma série de visitas a cidades do interior do Maranhão, com o objetivo de manter a ordem no campo e conscientizar líderes comunitários e demais pessoas sobre possíveis conflitos no campo.

Os municípios de Alto Alegre do Pindaré, Buriticupu, Santa Luzia, Santa Inês e Cururupu fazem parte do plano de ações montado pela Delegacia Agrária com a fi-

nalidade de resolver questões relacionadas a conflitos no campo, a fim de promover a pacificação nessas regiões, conversar com lideranças comunitárias, e principalmente, orientar os moradores quanto ao registro de ocorrência em caso de eventualidades.

Para o delegado titular da Deca, Carlos Augusto Coelho, as ações que estão sendo realizadas nas cidades do Maranhão têm como intuito de selar a paz no campo e acabar de vez com

qualquer conflito agrário existente. "O que temos feito é uma vistoria em todas as regiões que possivelmente recebemos denúncias de rixas envolvendo terras, além de outros problemas no campo", frisou o titular.

"Devemos ter o controle de tudo o que acontece no campo e principalmente dos principais delitos ocorridos. Com essas visitas rotineiras nessas cidades com certeza vamos evitar vários crimes e consequentemente uma

tranquilidade maior", disse o titular da Delegacia de Conflitos Agrários.

AUDIÊNCIA PÚBLICA -

Na última etapa da viagem foi uma audiência pública promovida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no município de Cururupu, com vistas ao cumprimento de mandado de imissão de posse expedido pela Justiça Federal em áreas quilombolas da região. A ação pública aconteceu no dia 07 de Junho, na Associação Atlética do Banco do Brasil naquele município.

Estiveram presentes ainda o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Organização dos Advogados do Brasil (OAB), as polícias Civil, Militar e Federal, lideranças comunitárias e sindicais, além de pessoas envolvidas diretamente com propriedades de terra.

Segundo o delegado Carlos Augusto, um dos principais temas abordados durante a audiência pública foi à questão dos ocupantes que não se enquadraram nos critérios para permanência, que abandonem a área previamente para evitar um possível confronto.

TJ será parceiro na instalação da Casa da Mulher em SL



O Tribunal de Justiça do Maranhão será um dos parceiros dos governos Federal e Estadual na construção da Casa da Mulher Brasileira em São Luís . PAG.02

TJ será parceiro na instalação da Casa da Mulher em SL



Convênio assinado por Guerreiro Junior e Catharina Bacelar

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) será um dos parceiros dos governos Federal e Estadual na construção da Casa da Mulher Brasileira em São Luís, que atenderá a mulheres em situação de violência com a oferta de serviços. A ação é parte do programa Mulher: viver sem violência.

Protocolo de intenção nesse sentido foi assinado pelo presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, e a secretária de Estado da Mulher, Catharina Bacelar. O Maranhão será um dos primeiros no país a instalar a Casa da Mulher, que funcionará no bairro do Jaracati.

Segundo o presidente Guerreiro Júnior, o Judiciário vai contribuir na elaboração do projeto de ambientação do espaço que abrigará a Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Promotoria e Delegacia da Mulher,

perícia médica, entre outros.

Para o juiz da Vara da Mulher da capital, Nelson Rêgo, a iniciativa representa grande avanço para a cidadania, ao possibilitar a vítima de violência espaço único de atendimento, evitando a revitimização por meio da repetição de depoimentos.

Caberá ao Tribunal de Justiça, de acordo com cláusula do convênio, transferir para a unidade a ser instalada as atividades da Vara da Mulher de São Luís e, também, fornecer servidores capacitados no atendimento a vítimas do sexo feminino em situação de violência.

O projeto do Governo Federal é que as Casas da Mulher a serem instaladas no país reúnam delegacias especializadas de atendimento à mulher, juizados, varas, defensorias, promotorias, equipe psicossocial e profissionais para orientação ao emprego e renda.

== PACTO DE GESTÃO ==

Órgãos realinham ações pelo envelhecimento saudável

Representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Defensoria Pública do Estado, Ministério Público e Conselho Estadual do Idoso participaram do simpósio sobre o envelhecimento no Maranhão, com vistas à atualização do Pacto de Gestão pelo Envelhecimento Digno e Saudável, assinado em 2008 por todos os chefes de poderes do estado, da Defensoria Pública Estadual e do Ministério Público.

Constituiu objeto do pacto a formalização de compromisso visando à implementação de ações articuladas e compartilhadas para a garantia dos direitos fundamentais das pessoas idosas em conformidade com as disposições contidas na Constituição Federal e nas leis nº 8442/1994 (Política Nacional do Idoso), nº 10741/2003 (Estatuto do Idoso) e nº 8368/2006 (Política Nacional do Idoso).

O defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho, apresentou as ações que serão desenvolvidas pela instituição, dentre elas, o fortalecimento da política institucional de combate e prevenção à violência contra o idoso, através do encaminhamento de projeto de lei à chefia do Executivo estadual para a ampliação dos serviços prestados pelo Centro Integrado de Apoio e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa (Ciapvi), da Defensoria Pública. "Além disso, a Defensoria ficará responsável por realizar anualmente a Semana Estadual de Combate à Violência contra o Idoso, o curso Cuidador de Idosos, seminários, simpósios, rodas de conversa e demais atividades culturais", destacou.

O defensor geral reafirmou o compromisso de continuar investindo na política de ampli-

ação das atividades da Defensoria para o interior do estado, sinalizando a entrega de mais núcleos regionais da instituição nos próximos meses. "Em todas as unidades de atendimento, a instituição dá especial atenção à defesa e à proteção de crianças, adolescentes, idosos e demais grupos populacionais merecedores de especial atenção", informou.

A representante do Poder Judiciário, a juíza Francisca Galiza, manifestou apoio à criação de uma vara especializada no atendimento ao idoso na capital. O Ministério Público reiterou o compromisso de continuar tomando todas as medidas judiciais necessárias para garantir o cumprimento das leis e o exercício dos direitos individuais indisponíveis, coletivos e difusos dos idosos.

O Poder Legislativo, representado pela deputada Eliziane Gama, expressou a necessidade de destinação de mais recursos orçamentários para a execução de políticas públicas em favor dos idosos, destacando o desejo de criação de uma frente parlamentar em defesa do idoso.

Para a presidente do Conselho Estadual do Idoso, e coordenadora do Ciapvi, Isabel Lopizic, trata-se de um movimento importante já que a promoção dos direitos da população idosa no estado requer uma atenção intersetorial entre as demais instâncias do poder público e da sociedade civil. "Estamos envelhecendo, por isso é preciso que a sociedade esteja preparada para garantir a todos um envelhecimento com saúde e dignidade. Esse esforço é coletivo, daí a importância da revalidação do pacto para que novas ações sejam implementadas", finalizou.

900 casais inscritos para casamento comunitário

Foi encerrado ontem o agendamento para inscrições no casamento comunitário que será realizado em São Luís pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão. Aproximadamente 900 casais agendaram atendimento. A partir de agora, a Corregedoria atenderá apenas os casais que estão com dia e hora marcados para a efetivação da inscrição, com a entrega da documentação necessária pelos noivos.

A cerimônia do projeto "Casamentos Comunitários" será realizada no dia 14 de setembro, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). A efetivação das inscrições está sendo feita na Corregedoria Geral da Justiça (Travessa Engenheiro Couto Fernandes, s/n, Centro - Praça Pedro II).

Mais

Para a inscrição, todos os noivos devem ter em mãos carteira de identidade e comprovantes de residência (dos dois noivos). Além disso, é exigido: se solteiros, registro de nascimento original; se divorciados, certidão de casamento com averbação do divórcio original; se viúvos: a certidão de casamento e certidão de óbito do cônjuge originais.



MP entrega parecer à Justiça sobre réus

Polícia 6

Promotor entrega manifesto sobre situação dos réus no Caso Décio Sá

Documento protocolado ontem será dado vista aos advogados, que terão prazo de cinco dias para as alegações finais



O promotor de Justiça da 1ª Promotoria do Tribunal do Júri, Luis Carlos Correa Duarte, depositou, ontem, no protocolo do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, a manifestação do Ministério Público Estadual acerca dos 11 réus do processo que apura o assassinato do jornalista Décio Sá. A documentação foi endereçada à 1ª Vara do Tribunal do Júri, que agora volta ao comando de sua titular, a juíza Maria Izabel Padilha, substituída durante a primeira fase de instrução pelo juiz Márcio Castro Brandão.

A entrega do manifesto sobre a situação de cada um dos acusados de participação na morte do repórter da editoria de Política de O Estado foi confirmada pelas assessorias de comunicação dos órgãos do Poder Judiciário, porém com a ressalva de que o promotor só atenderia a imprensa na próxima semana. Independentemente da cautela do representante do MP em falar sobre o assunto, o magistrado que tomou os depoimentos das testemunhas de acusação e defesa dos réus já havia informado curso do processo.

Na tarde do dia 5 deste mês, data em que o pistoleiro paraense Jhonatan de Sousa Silva, de 25 anos, assassino confesso de Décio Sá, falou sobre o crime, o juiz Márcio Castro Brandão explicou que a partir da manifestação do MP cada advogado teria prazo de cinco dias para apresentar suas alegações finais acerca da defesa dos réus, à medida que cada um

Mais

Entre os 12 denunciados pelo Ministério Público, um não está na lista de apreciações da Justiça, nesse primeiro momento, o advogado Ronaldo Ribeiro, acusado de envolvimento com os crimes de agiotagem praticados pela quadrilha. Ele teve a denúncia desmembrada do processo, uma vez que, segundo o juiz que acompanhou as audiências, os constantes pedidos de suspensão das oitivas feitos por seus advogados de defesa estavam prejudicando o curso processual de um caso de repercussão e de grande apelo popular.

tome vista da documentação protocolada pela promotoria. Somente após esta segunda entrega é que a juíza fará a pronúncia ou impronúncia dos acusados a júri popular.

Futuro - A decisão judicial sobre o futuro dos réus, porém, só deve acontecer em um prazo de 10 dias, após o último advogado apresentar suas alegações finais. Sem gravar entrevista, o juiz Márcio Castro Brandão já havia explicado à época da oitiva com o assassino que a abertura de cada termo, porém, depende ainda da concessão ou não de alguns pedidos que costumam ser impe-trados à Justiça por parte da defesa dos acusados; e que não seria prudente se especular uma possível data para que aconteça o júri da quadrilha.

Conforme a denúncia ofereci-



Promotor Luis Carlos Correa Duarte protocolou manifesto na 1ª Vara

Entenda o caso

O jornalista Décio Sá foi assassinado por volta das 22h30 do dia 23 de abril de 2012, quando aguardava por amigos, sentado a uma mesa, no restaurante Estrela do Mar, na Avenida Litorânea. Ele foi alvejado com seis tiros de pistola calibre ponto 40, cinco deles, segundo o Instituto de Criminalística (Icrim), o atingiram, a maioria na cabeça. O jornalista, segundo a Polícia Civil, foi morto por ter denunciado a rede de agiotagem no Maranhão. A denúncia feita por Sá foi publicada em seu blog (blog-dodecio.com.br), no qual a vítima atribuiu à rede de agiotas a autoria da morte encomendada do empresário Fábio dos Santos Brasil Filho, o Fábio Brasil, de 33 anos, ocorrida no dia 31 de março, na cidade de Teresina-PI. Fábio Brasil acumulava dívidas com os líderes da quadrilha.

da ao MP, figuram como mandantes e financiadores da morte de Décio Sá os agiotas Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 34 anos, e seu pai, José de Alencar Miranda de Carvalho, de 73 anos. Estes, ainda segundo a Polícia Civil do Maranhão, tiveram como intermediadores do crime José Raimundo Sales Chaves Júnior, o Júnior Bolinha, de 38 anos, Fábio Aurélio do Lago e Silva, o Bochecha, de 32 anos, e Shirliano Graciano de Oliveira, o Balão, de 27 anos, único ainda foragido.

Também compõem a lista de

denunciados pelo MP o ex-subcomandante do Batalhão de Choque da Polícia Militar, capitão Fábio Aurélio Saraiva Silva, o Fábio Capita, de 37 anos - recém-beneficiado com habeas corpus -, como suposta pessoa a fornecer a arma do crime, e os policiais civis Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros, afastados da instituição por suposta ligação com o bando. Fecham a lista Elker Farias Veloso, o Diego, de 26 anos, e Marcos Bruno Silva de Oliveira, de 28 anos, que teriam ajudado o assassino a fugir e se esconder.

TJMA será parceiro na Casa da Mulher

Protocolo de intenção foi assinado pelo presidente do tribunal, Antonio Guerreiro Júnior, com a secretária Catharina Bacelar

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) será um dos parceiros dos governos federal e estadual na construção da Casa da Mulher Brasileira em São Luís, que atenderá mulheres em situação de violência com a oferta de serviços. A ação é parte do programa Mu-

lher: viver sem violência.

Protocolo de intenção nesse sentido foi assinado pelo presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, e a secretária de Estado da Mulher, Catharina Bacelar. O Maranhão será um dos primeiros no país a instalar a Casa da Mulher, que fun-

cionará no bairro do Jaracati.

Segundo o presidente Guerreiro Júnior, o Judiciário vai contribuir na elaboração do projeto de ambientação do espaço que abrigará a Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Promotoria e Delegacia da Mulher, perícia médica, entre outros.

Para o juiz da Vara da Mulher da capital, Nelson Rêgo, a iniciativa representa grande avanço para a cidadania, ao possibilitar a vítima de violência espaço único de atendimento, evitando a revitimização por meio da repetição de depoimentos.

Caberá ao Tribunal de Justiça, de acordo com cláusula do convênio, transferir para a unidade a ser instalada as atividades da Vara da Mulher de São Luís e, também, fornecer servidores capacitados no atendimento a vítimas do sexo feminino em situação de violência.



Arquivo

Guerreiro assina protocolo

Mais

O projeto do Governo Federal é que as Casas da Mulher a serem instaladas no país reúnam delegacias especializadas de atendimento à mulher, juizados, varas, defensorias, promotorias, equipe psicossocial e profissionais para orientação ao emprego e renda.

Devolver!

A Justiça bateu martelo: Bernardo do Mearim terá de devolver ao Estado, com juros e multas, R\$ 49 mil, por não ter prestado contas de verbas para construção de quadra poliesportiva.

A decisão foi tomada pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ), confirmando sentença da Justiça de 1º Grau.

O Município recorreu, mas o relator do processo, desembargador Vicente de Paula, manteve a condenação.

Campanha

Termina sexta-feira o prazo de cinco dias para questionamentos de candidaturas à vaga de desembargador pelo critério de merecimento.

Até ontem, nenhuma das 14 candidaturas foi questionada judicialmente, indicando que todos devem entrar na briga pela cadeira.

Enquanto isso, os candidatos intensificam a caça do voto nos bastidores do Judiciário.

Ministros do STJ virão a São Luís

A Comissão Especial de Juristas criada pelo Senado Federal para reformular a Lei de Execução Penal, em parceria com a Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão, promove audiência pública nesta

sexta-feira, para discutir propostas de melhorias na Lei de Execução Penal. O evento, que acontecerá no auditório do Tribunal, trará a São Luís os ministros do Superior Tribunal de Justiça, Sidnei Benetti e Marco Aurélio Bellizze.

PM comemora 177 anos em solenidade e entrega de medalhas

Na ocasião, foram promovidos praças e entregues comendas a 19 personalidades

A Polícia Militar do Maranhão (PMMA) comemorou, em ato solene realizado na segunda-feira (17), na sede do Comando-Geral no Calhau, em São Luís, os 177 anos de corporação. Na ocasião, foram entregues 19 medalhas Brigadeiro Falcão, considerada a maior comenda da PM, e promovidos 248 praças às graduações de subtenente e sargentos (1º, 2º e 3º). Outros 1.213 policiais também foram agraciados com as medalhas de tempo de serviço, mérito intelectual (Medalha Gonçalves Dias) e mérito operacional.

Prestigiaram a solenidade o secretário de Segurança Pública do Maranhão (SSP), Aluísio Mendes, o secretário-chefe da Casa Civil do Maranhão, João Guilherme Abreu, que, no ato, representou a governadora do Estado, Roseana Sarney, além de outras autoridades dos Poderes Executivos estadual e municipal, representantes do Poder Judiciário e das Forças Armadas.

Em discurso, o comandante-geral da PMMA, coronel Franklin Pacheco Silva, destacou as ações realizadas nos últimos quatro anos. "Desde o dia 17 de abril de 2009, até este ano, fizemos várias melhorias à corporação como, por exemplo, a entrega de 822 via-

turas, incorporação de novo armamento aos integrantes da Polícia Militar, além de apoio ao sistema de Videomonitoramento da Secretaria de Segurança Pública", destacou o comandante.

Apoio - Aluísio Mendes também falou sobre a comemoração dos 177 anos da PMMA. "Em todo este tempo em que comando a pasta, demos toda a prioridade ao trabalho da PM, que é fundamental no combate à violência e a criminalidade no estado. Também quero destacar a realização do concurso público, com o ingresso de 2 mil novos policiais militares à corporação, para dar ainda mais força à PM no Maranhão", disse o secretário.

Após os discursos, houve a en-

trega das medalhas. Entre os homenageados, estavam os radialistas Geraldo Castro e Gilson Rodrigues, da Rádio Mirante AM. "Para mim, é uma honra receber uma medalha tão importante para a Polícia Militar, o que só reforça o bom trabalho prestado ao longo da carreira", disse Geraldo Castro.

Também agraciado, o presidente do Tribunal Regional do Maranhão, José Bernardo Silva Rodrigues, destacou a parceria com a PMMA. "A PM exerce um papel importante para a Justiça Eleitoral, pois ajuda a manter a ordem durante as eleições e agora está também contribuindo com o processo biométrico. Por isso, me sinto feliz com essa homenagem", disse.

De Jesus



Aluísio Mendes entrega medalha a José Bernardo Rodrigues



O GRITO QUE VEIO DO CAMPO - Cobrando reforma agrária, fim da violência no campo, celeridade nos processos judiciais e outras quase cem reivindicações, mais de cinco mil trabalhadores rurais do Maranhão participaram do Grito da Terra (**foto**), que teve protestos em frente ao Incra, ao Tribunal de Justiça e a órgãos estaduais. (**foto**). URBANO 3



EM BUSCA DE MUDANÇAS

Manifestação de trabalhadores rurais provocou o bloqueio parcial de veículos e pedestres na rotatória do São Cristóvão, em São Luís.

URBANO 2

MOVIMENTO

O "grito" que vem do campo

Centenas de trabalhadores rurais protestaram, em São Luís, em busca de melhores condições de trabalho no campo e do combate à grilagem em todo o estado

SANDRA VIANA

Cerca de cinco mil trabalhadores rurais se reuniram para o Grito da Terra Maranhão, na manhã de ontem. A manifestação se concentrou por volta das 5h da manhã, na sede da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema), e seguiu para a rotatória do aeroporto, no Tirirical. O trânsito no entorno parou durante o protesto. Segundo os organizadores, participaram comunidades de agricultores dos 217 municípios maranhenses e dos 213 sindicatos da categoria. O Grito da Terra é um movimento nacional de protesto por melhores condições de trabalho e pelo fortalecimento da agricultura rural no país.

Com carro de som, faixas e cartazes, os trabalhadores se manifestaram pacificamente. A Polícia Militar acompanhou toda a movimentação e não foram registrados incidentes. A pauta de reivindicações consta de 95 pontos dirigidos ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra-MA), ao governo do estado e à Justiça. Ao Incra, os manifestantes pedem

que sejam realizadas novas visitações nas mais de 200 áreas de conflitos no estado, celeridade nos processos de desapropriação de terras prestes ao vencimento e reforma agrária. À Justiça, que atente às liminares que, segundo a categoria, favorecem os fazendeiros em detrimento ao direito e necessidades dos trabalhadores.

Ao governo do estado pedem a reestruturação do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma), da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão (Agerp) e a realização de concurso público para técnicos agrícolas, além de condições para capacitação de jovens agricultores. Outras questões votadas para o governo dizem respeito ao levantamento sobre terras devolutas do estado, planejamento participativo do Programa de Regularização Fundiária, criação de Ouvidoria e Delegacia Agrária Estadual. Reivindicam ainda a organização de uma comissão permanente para investigar as grilagens de terras.

A Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA apoia o movimento e dará suporte aos manifestantes enquanto prosseguirem as ações de protesto. "É uma pau-

ta que faz parte do nosso trabalho e estaremos prestando esse apoio e orientando essas comunidades", disse o presidente da comissão, Rafaela Silva, que esteve no protesto. Para Antônio Pedrosa, advogado que representa a Featema, o maior problema dos produtores é a demora nos processos de desapropriação das terras. "Se este processo fosse realizado com certa agilidade, não teria que se chegar à Justiça e, como consequência, passar por várias etapas, que por vezes, levam anos e anos e não se resolvem", destacou.

Ações

Após a manifestação, os agricultores formaram uma comissão para conversar com representantes do Incra, Justiça e Governo e levar as demandas. Hoje, às 15h, a comissão irá à Assembleia Legislativa para denunciar os casos de grilagem e pedir apoio em investigações; e às 18h, irão apoiar o movimento Vem Pra Rua, de realização nacional, que protesta contra gastos públicos, melhorias do transporte coletivo, condições de trabalho e outras questões sociais.

>> Saiba mais

Conflitos pela terra

Segundo mapeamento da Fetaema, há no estado 17 áreas em situação urgente de conflitos e 13 casos de violência extrema que requerem medidas imediatas. São 49 trabalhadores rurais que vivem sob ameaças de morte, já tendo ocorrido oito assassinatos e 266 conflitos agrários em todo o estado. Alguns em situações de tensão permanente como é o caso do povoado Vergel na cidade de Codó, Cipó Cortado em João Lisboa, Projeto de Assentamento Santa Maria em Satubinha e PA Maracaçumé, em Maracaçumé. No caso de Codó, no último sábado foram registradas três mortes por conflitos agrários, segundo a Fetaema. "Há um mês reunimos com a Delegacia Geral de Polícia Civil para pedir proteção a essas famílias e nada foi feito", afirmou Chico Miguel.



Grito da Terra Maranhão: com cartazes nas mãos, manifestantes pediram justiça e condições de trabalho no campo durante protesto pacífico

BERNARDO DO MEARIM

Município é condenado a devolver recursos ao Estado

Página 5

Bernardo do Mearim

Município é condenado a devolver recursos ao Estado

O município de Bernardo do Mearim terá que devolver ao Estado mais de R\$ 49 mil – corrigidos monetariamente e acrescidos de juros de mora e verba honorária de 10% do valor da causa – por deixar de prestar contas de verbas repassadas para construção de quadra poliesportiva.

A decisão foi tomada pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), confirmando sentença da Justiça de 1º Grau, que entendeu comprovado nos autos o repasse de verbas pelo Estado ao Município, considerando, por este motivo, desnecessária a produção de provas em audiência.

Ao recorrer da decisão, o Executivo Municipal argumentou que a sentença de primeira instância deveria ser anulada, diante da ausência de oportunidade de produção de provas em audiência.

No entendimento do re-

lator do processo, desembargador Vicente de Paula, não há que se falar em nulidade da decisão pelo fato de o juiz de base ter antecipado o julgamento.

Segundo ele, o Município não apresentou no processo nenhum documento que demonstrasse o cumprimento dos termos pactuados no convênio celebrado com o Estado, tampouco os demonstrativos da prestação de contas.

“O feito já se encontrava maduro para julgamento com os documentos juntados aos autos, inexistindo necessidade de produção de outras provas, não havendo cerceamento de defesa, conforme alegou o Município”, afirmou Vicente de Paula.

De acordo com o desembargador, os argumentos apresentados pelo ente municipal não enfraquecem a fundamentação lançada na sentença da Justiça de 1º Grau.

■ Recursal

A Turma Recursal Cível e Criminal, instalada em Caxias durante a visita do corregedor-geral de Justiça, Cleones Cunha, sexta-feira passada, acolherá recursos das comarcas de Caxias, Timon, Coelho Neto, Coroatá, Matões, Parnarama, São Francisco do Maranhão e Timbiras, Aldeias Altas e Peritoró...

■ Resposta

...Sob a presidência do juiz Paulo Afonso, a Turma Recursal é uma resposta prática de Cleones Cunha à recorrente chiadeira dos advogados com a capenga prestação jurisdicional na região.

■ Serviço de saúde

A concessão de registros, licenças ou alvarás pelo município de São Luís para funcionamento ou renovação de atividades ligadas à área de saúde não está vinculada à comprovação de quitação sindical.

O entendimento é do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), ao julgar ação em que o Sindicato dos Prestadores de Serviço de Saúde (SINDHOSP) exige que tal cobrança seja feita pela Prefeitura. Para o relator do processo, desembargador Jamil Gedeon, os sindicatos devem cobrar judicialmente as mensalidades atrasadas.

Município é condenado a devolver recursos ao Estado

O Município de Bernardo do Mearim terá que devolver ao Estado mais de R\$ 49 mil – corrigidos monetariamente e acrescidos de juros de mora e verba honorária de 10% do valor da causa – por deixar de prestar contas de verbas repassadas para construção de quadra poliesportiva. A decisão foi tomada pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), confirmando sentença da Justiça de 1º Grau, que entendeu comprovado nos autos o repasse de verbas pelo Estado ao Município, considerando, por este motivo, desnecessária a produção de provas em audiência.

Ao recorrer da decisão, o Executivo Municipal argumentou que a sentença de primeira instância deveria ser anulada, diante da ausência de oportunidade de produção de provas em audiência.

No entendimento do relator do

processo, desembargador Vicente de Paula, não há que se falar em nulidade da decisão pelo fato de o juiz de base ter antecipado o julgamento.

Segundo ele, o Município não apresentou no processo nenhum documento que demonstrasse o cumprimento dos termos pactuados no convênio celebrado com o Estado, tampouco os demonstrativos da prestação de contas.

“O feito já se encontrava maduro para julgamento com os documentos juntados aos autos, inexistindo necessidade de produção de outras provas, não havendo cerceamento de defesa, conforme alegou o Município”, afirmou Vicente de Paula.

De acordo com o desembargador, os argumentos apresentados pelo ente municipal não enfraquecem a fundamentação lançada na sentença da Justiça de 1º Grau.

GRITO DA TERRA

Trabalhadores bloqueiam BR-135 por mais de 4 horas

À tarde, manifestantes ocupam prédio do governo do Estado

Trabalhadores rurais de várias cidades do Maranhão realizaram, ontem (18), em São Luís, o Grito da Terra Maranhão 2013. Os manifestantes – mais de 4 mil, segundo os líderes do

movimento – bloquearam, pela manhã, a BR-135, no trecho da rotatória do São Cristóvão, impedindo a entrada e a saída de pessoas na capital maranhense e gerando um grande conges-

tionamento. À tarde, os manifestantes ocuparam o prédio da Secretaria do Desenvolvimento Social, mas foram recebidos pelo secretário Fernando Fialho. PÁGINA 5

G. FERREIRA



Com mais de quatro mil rurais bloqueando a BR-135, ninguém entrou nem saiu de São Luís por terra. À tarde, o prédio da Sedes foi ocupado

GRITO DA TERRA

Trabalhadores rurais bloqueiam a BR-135 por mais de 4 horas

POR JULLY CAMILO

Trabalhadores rurais de várias cidades do Maranhão realizaram, ontem (18), em São Luís, o Grito da Terra Maranhão 2013. Os manifestantes – mais de 4 mil, segundo os líderes do movimento – bloquearam, pela manhã, a BR-135, no trecho da rotatória do Bairro São Cristóvão, impedindo a entrada e a saída de pessoas na capital maranhense e gerando um grande congestionamento.

O protesto começou por volta das 5h30. A BR só foi liberada às 10h, quando os manifestantes se dirigiram à sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no Anil. Lá, realizaram a ocupação do prédio e prometeram ocupar igualmente a sede da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (Sedes), caso não fossem recebidos pelo governo do Estado.

Segundo o presidente da Federação dos Trabalhadores



Mais de 4 mil trabalhadores rurais se manifestaram ontem em São Luís

res na Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema), Francisco de Jesus Silva, o movimento trabalha com três pautas de reivindicações, que devem ser tratadas com o governo do Estado, o Incra e o Poder Judiciário. Ele explicou que as famílias que residem no campo estão desamparadas e têm sido vítimas de constantes violências, por conta da morosidade dos órgãos públicos, que não regularizam a situação fundiária dos trabalhadores rurais.

“No Maranhão, existem atualmente 49 trabalhadores rurais ameaçados de morte e 266 áreas envolvidas em conflitos agrários e que precisam ser vistoriadas urgentemente. Entre 2012 e 2013, oito lavradores já foram assassinados. A nossa pauta de reivindicações com a Justiça é para pedir que não sejam concedidas liminares desfavoráveis aos trabalhadores em detrimento dos pedidos dos fazendeiros, pois isso resulta em mais violência no campo. Precisamos também e urgentemente da criação de uma Ouvidoria Agrária, para que esses trabalhadores

possam ser ouvidos de uma forma mais eficaz e não só durante essas manifestações”, disse Silva.

De acordo com Francisco Silva, a pauta a ser discutida com o Incra versa em torno da reforma agrária, das vitórias nas áreas em conflitos, bem como a aceleração dos processos de desapropriação e titulação de terras que estão parados no órgão. Ele disse que, com o governo, a pauta dos trabalhadores destaca, entre outras providências, a reestruturação do Instituto de Colonização e Terra Maranhão (Iterma), a segurança no campo e o concurso para contratação de mais técnicos agrícolas.

O presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Mateus, Valentim Souza, 59, citou o fracasso do Projeto Salangô – criado há 21 anos, no primeiro mandato de Roseana Sarney – como a causa das dificuldades de centenas de agricultores familiares do município.

“Até hoje sofremos as consequências do fracasso do Salangô, pois a irrigação é uma prática agrícola que

necessita do uso intensivo de tecnologia, e hoje cada agricultor familiar de São Mateus trabalha em apenas quatro hectares de terreno do governo, sem nenhum projeto ou assistência técnica devida”, afirmou Souza.

Para o vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA, Rafael Silva, “o Incra precisa acelerar as vitórias nas áreas de conflitos e agilizar as desapropriações de terras, bem como as titulações. O Maranhão retrocedeu, ficou no meio do caminho, parou na história”, disse Rafael.

Incra e TJ – O superintendente regional do Incra, José Inácio Rodrigues, disse ao **Jornal Pequeno** que uma reunião com uma comissão de trabalhadores rurais estava agendada para ontem à tarde. No encontro, técnicos do órgão discutiriam a pauta dos manifestantes.

Ele afirmou que as reivindicações são extensas. Porém, o Instituto seria transparente e informaria aos trabalhadores os pontos que já estavam sendo atendidos, os que poderiam ser viabilizados e os que não estão na

programação.

“Temos um planejamento referente a 2013 e 2014 que já está em fase de execução. Por exemplo, a pauta dos trabalhadores fala em assistência técnica para 30 mil famílias. Pois ainda este mês lançaremos o edital para a contratação dos serviços, onde 26 mil famílias serão beneficiadas. Lançaremos também o pregão regional para a contratação de 29 laudos antropológicos e só no primeiro semestre deste ano já emitimos três mil declarações de aptidão ao Pronaf (DAPs), ou seja, liberamos o acesso ao crédito junto à instituição financeira, sendo que cada família pode retirar até cerca de R\$ 21 mil”, relatou José Inácio.

Representantes dos manifestantes também foram recebidos, no fim da manhã de ontem, pelo corregedor-geral de Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, no Tribunal de Justiça do Maranhão.

Às 15h de hoje (19), eles participarão de uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado, no Cohafuma.

Audiência sobre Lei de Execução Penal traz ministros a São Luís

A Comissão Especial de Juristas criada pelo Senado Federal para reformular a Lei de Execução Penal, em parceria com Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário (UMF) do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), promove audiência pública às 14h de sexta-feira (21), para discutir propostas de melhorias na Lei de Execução Penal (LEP), ou Lei nº 7.210/1984. O evento, que acontece no auditório do Tribunal (Praça Pedro II), trará a São Luís os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Sidnei Benetti e Marco Aurélio Bellizze.

Sidnei Benetti coordena a Comissão Especial de Juristas, composta por 15 integrantes, entre esses o advogado criminalista maranhense, Charles Dias. A audiência reunirá autoridades das

áreas da Justiça e segurança pública, Poderes Executivo e Legislativo estadual, juízes da execução penal, OAB e população maranhense.

Desde a semana passada, a Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário recebe propostas de melhorias no sistema carcerário brasileiro. As sugestões recebidas pelo e-mail coord_umf@tjma.jus.br serão apresentadas durante o ato público. Magistrados, advogados, promotores de Justiça e outros profissionais da área jurídica podem se habilitar como participantes.

Além dos ministros, a audiência contará com a presença do presidente da UMF, desembargador Froz Sobrinho, e terá como expositores o promotor Marcellus Ugietti (MP-PE) e o advogado paraibano Carlos Pessoa de Aquino – membros da comissão.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2013

Tendo em vista a Decisão do TJMA em rescindir o Contrato de Prestação de Serviços nº 117/2011, firmado entre o Tribunal de Justiça do Maranhão e a empresa DINAMARCA Empreendimentos da Construção e Indústria Gráfica LTDA referente a Construção do novo Fórum da Comarca de Colinas/MA, relativo a Concorrência Pública nº 06/2011 originado do Processo Administrativo nº 43.419/2010. O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão por meio de sua Comissão Permanente de Licitação, convoca por este instrumento as empresas ÀTILA CONSTRUÇÕES LTDA, ENGEPEC – Engenharia, Gerenciamento e Planejamento de Construções LTDA, LTM Construções Ltda, CONSTRUTORA INICIAL Empreendimentos LTDA, CONSOLE – Construtora Soares Leite LTDA e N.B.FONSECA Construções e Engenharia LTDA para no prazo de 10 (dez) dias úteis comparecer à sede da Divisão de Licitação e Contratos localizado no Anexo V do Tribunal de Justiça, localizada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, São Luís/MA, para declarar eventual interesse em contratar o remanescente da obra em questão, de acordo com o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

São Luís, 18 de junho de 2013.

Raulifran da Silva Costa



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2013

Tendo em vista a Decisão do TJMA em rescindir o Contrato de Prestação de Serviços nº 62/2011, firmado entre o Tribunal de Justiça do Maranhão e a empresa DINAMARCA Empreendimentos da Construção e Indústria Gráfica LTDA referente a Construção do novo Fórum da Comarca de Matões/MA, relativo a Concorrência Pública nº 02/2011 originado do Processo Administrativo nº 43.420/2010. O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão por meio de sua Comissão Permanente de Licitação, convoca por este instrumento as empresas LTM Construções LTDA e N.B.FONSECA Construções e Engenharia LTDA para no prazo de 10 (dez) dias úteis comparecer à sede da Divisão de Licitação e Contratos localizado no Anexo V do Tribunal de Justiça, localizada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, São Luís/MA, para declarar eventual interesse em contratar o remanescente da obra em questão, de acordo com o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

São Luís, 18 de junho de 2013.

Raulifran da Silva Costa
Presidente da CPL – TJ/MA

Povoado de Timon recebe ações do "Justiça Itinerante"

O projeto "Justiça Itinerante", realizado pela 2ª Vara Cível de Timon, por iniciativa da juíza titular Susi Ponte de Almeida, atendeu dezenas de pessoas em mais uma etapa do projeto, realizada na última sexta-feira (14), no povoado Tamanduá. As ações tiveram o apoio da 3ª Vara Cível de Timon, do Ministério Público do Estado do Maranhão, da Defensoria Pública do Maranhão, da Prefeitura de Timon, da Cemar, do Cartório de Registro Civil de Timon, do Lions, do Centro de Referência de Direitos Humanos, além de vários voluntários.

Entre os serviços oferecidos, várias atividades judiciárias, como audiências de registro civil, casamentos, registros de nascimento e consultas com promotor de Justiça e defensores públicos. "Com estas ações, procuramos melhorar ainda mais a imagem do Judiciário e aproximar a Justiça dos jurisdicionados, em especial dos mais carentes", destacou a juíza Susi Ponte de Almeida, idealizadora do projeto.

De acordo com informações da 2ª Vara Cível de Timon, os parceiros deslocaram-se ao Po-



Casais aproveitaram para oficializar os laços matrimoniais

voador Tamanduá, em Timon, e realizaram, em síntese, as seguintes atividades: audiências de retificação de registro civil, sendo proferidas 20 sentenças nas próprias audiências realizadas no povoado; casamentos gratuitos; atendimentos pela Defensoria Pública Estadual, sendo protocoladas 22 petições iniciais de retificação de registro civil,

as quais tiveram as audiências realizadas na mesma data.

A população recebeu, ainda, atendimento jurídico realizado por advogados e estagiários voluntários, num total de 28. Foram computadas a emissão de 82 carteiras de identidade, de 60 CPF, de 25 carteiras de trabalho e Previdência Social, quatro carteiras do idoso, além de nove

alistamentos militares.

Foram feitos, também, 78 atendimentos no âmbito do Cadastro Único (Bolsa família); 103 atendimentos médicos e 28 odontológicos; realização de 25 exames de HIV, 25 de VDRL; 160 testes de glicemia, 30 citologias e quatro exames de malária; vacinação contra hepatite, meningite, gripe e tétano, sendo distribuídas 53 doses. Houve a distribuição de 116 kits de higiene dental, 1008 preservativos, 121 mudas frutíferas, bem como de lâmpadas fluorescentes cedidas pela Cemar.

Os atendimentos realizados pela Secretaria da Mulher somaram 58 limpezas de pele, 62 atendimentos de maquiagem, bem como 43 atendimentos de penteados. Foram 13 os atendimentos individualizados de psicopedagogos com crianças e adolescentes que possuem dificuldade de aprendizagem.

Também foram proferidas para a comunidade diversas palestras, oferecidas pela Cemar, pelo INSS, e por funcionários da prefeitura, nas áreas de saúde, meio-ambiente, juventude e assistência social.